



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMOS DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA NA EXECUÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSOS, DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DOAÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, EM MUNICÍPIOS SOB ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, LOCALIZADOS NO ESTADO DA BAHIA.

Outubro/2021



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO
2. TERMINOLOGIA E DEFINIÇÕES
3. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
4. LOCAL DE EXECUÇÃO
5. EQUIPE TÉCNICA
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
8. FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE SERVIÇOS)
9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA
10. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
11. PROPOSTA FINANCEIRA
12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
13. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS
14. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
15. ESTIMATIVA DE CUSTO, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS
17. FISCALIZAÇÃO
18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS
19. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA
20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF
21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
22. CONDIÇÕES GERAIS
23. DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS



1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de Apoio a Fiscalização e Supervisão Técnica na execução de contratos, convênios, termos de compromisso, de obras e serviços de engenharia e doações de máquinas e equipamentos, em municípios sob atuação da 6ª superintendência regional, localizados no estado da Bahia.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

2.1 Neste Termo de Referência são utilizadas as expressões e siglas relacionadas a seguir, com os seguintes significados e interpretações:

- a) **Termo de Referência (TR):** conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela CODEVASF com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado serviço ou obra ou produto ou bens a ser executado e/ou fornecidos.
- b) **Edital:** Documento pelo qual a Codevasf divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo todas as condições de participação e o critério de julgamento adotado.
- c) **CODEVASF:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.
- d) **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL:** Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Petrolina/PE, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.
- e) **Como Construído (As Built):** É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.
- f) **Contratada:** Empresa licitante vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- g) **Contratante:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, doravante denominada CODEVASF.
- j) **Contrato (CT):** Documento, subscrito pela CODEVASF e a CONTRATADA (licitante vencedora do certame), que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.
- h) **Relatório Mensal de Andamento:** Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, bem como das atividades realizadas por cada componente da equipe de apoio, contendo: detalhamento de cada atividade realizada por cada membro da equipe contratada, cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, laudos e/ou pareceres técnicos desenvolvidos, medições com memória de cálculo e detalhamento fotográfico dos contratos/convênios/termos de compromissos fiscalizados, detalhamento das atividades de doações realizadas, além



de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados.

- i) **Relatório Final:** Documento elaborado pela contratada, prevista ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados.
- j) **Cronograma Físico-Financeiro:** representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço ou produto, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado CRONOGRAMA.
- k) **Documentos de Contrato:** Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.
- l) **Especificações Técnicas:** Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto.
- m) **Nota de Empenho (NE):** documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.
- n) **Ordem de Serviço (OS):** documento formal emitido pela CODEVASF com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.
- o) **Planilha de Custos da Proponente:** Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.
- p) **Planilha de Custos do Orçamento de Referência:** Representa o produto do somatório do preço de referência da CODEVASF de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.
- q) **Plano de Trabalho (PT):** Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.
- r) **Projeto Básico:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

1. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
 2. Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras ou serviços de engenharia e montagem;
 3. Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 4. Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
 5. Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.
- s) **Projeto Executivo:** É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- t) **Fiscalização:** Equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato.
- u) **Licitante:** Empresa habilitada para apresentar proposta.
- v) **Reunião de Partida (“START UP”):** Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras.
- w) **Proposta Financeira:** Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

3. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 Modalidade: Pregão Eletrônico.
- 3.2 Modo de Disputa: Aberto, Orçamento Público.
- 3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço.
- 3.4 Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

- 4.1 Os serviços comuns de engenharia de apoio a fiscalização dos contratos, convênios, termos de compromissos e doações de máquinas e equipamentos, serão executados nos 202 (duzentos e dois) municípios na área de abrangência da 6ª Superintendência Regional, com sede em Juazeiro da Bahia, que para melhor compreensão foram agrupados em três macrorregiões de melhor logística de trabalhos para os polos Juazeiro/BA, Paulo Afonso/BA e Feira de Santana/BA, conforme ilustrado no Mapa de localização (Figura 01) e na relação dos municípios com suas respectivas áreas territoriais e população, apresentada nas Tabelas 01, 02, 03 e 04 adiante:

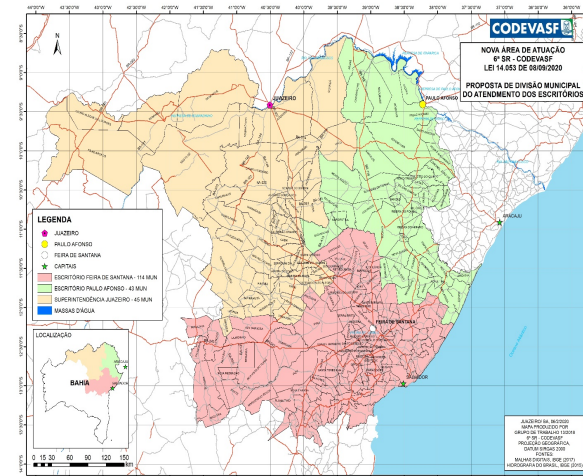


Figura 01 - Mapa de localização e ilustração das 03 Macrorregiões com os 202 (duzentos e dois) municípios de área de atuação da 6ª/SR e do objeto desta licitação

Tabela 01 - Relação de 43 (quarenta e três) municípios na Macrorregião 01 (R-01), a partir da Lei 13.702/2018, de logística de trabalho mais próxima da cidade de Juazeiro/BA, local da sede da 6ª Superintendência Regional e também onde deverá ser a sede do escritório da empresa contratada para o objeto deste Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MACRORREGIÕES DE TRABALHO					
TABELA 1 - MUNICÍPIOS NA ÁREA DA 6ª SR/CODEVASF COM A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 13.702/2018					
MACRORREGIÃO 01 - DIVISÃO SUGESTIVA POR MELHOR LOGÍSTICA DE TRABALHO PARA CIDADE DE JUAZEIRO DA BAHIA, ONDE TEM A SEDE DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.					
Ord.	MACRORREGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE (HAB/KM²)
1	R-01	ANDORINHA	1.256,32	15.490	12,33
2	R-01	ANTÔNIO GONÇALVES	315,71	12.072	38,24
3	R-01	BAIXA GRANDE	952,43	21.403	22,47
4	R-01	CAÉM	551,54	10.058	18,24
5	R-01	CALDEIRÃO GRANDE	457,66	13.713	29,96
6	R-01	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	2.781,74	30.048	10,80
7	R-01	CAMPO FORMOSO	7.292,61	73.448	10,07
8	R-01	CAPELA DO ALTO ALEGRE	654,06	12.199	18,65
9	R-01	CAPIM GROSSO	336,65	31.392	93,25
10	R-01	CASA NOVA	9.678,38	73.382	7,58
11	R-01	CURACÁ	6.126,47	35.524	5,80
12	R-01	FILADELFA	573,61	17.176	29,94
13	R-01	GAVIÃO	372,60	4.725	12,68
14	R-01	ITIÚBA	1.735,00	37.567	21,65
15	R-01	JACOBINA	2.370,61	83.635	35,28
16	R-01	JAGUARARI	2.472,45	34.499	13,95
17	R-01	JUAZEIRO	6.538,90	221.773	33,92
18	R-01	MAIRI	958,40	19.695	20,55
19	R-01	MIGUEL CALMON	1.575,86	27.520	17,46
20	R-01	MIRANGABA	1.705,85	18.729	10,98
21	R-01	MORRO DO CHAPÉU	5.762,15	36.856	6,40
22	R-01	MUNDO NOVO	1.500,83	27.364	18,23
23	R-01	NOVA FÁTIMA	352,59	8.119	23,03
24	R-01	OUROLÂNDIA	1.494,67	18.025	12,06
25	R-01	PILÃO ARCADE	11.735,06	35.740	3,05
26	R-01	PINDOBAÇU	499,08	21.171	42,42
27	R-01	PIRITIBA	980,35	25.211	25,72
28	R-01	PONTO NOVO	500,51	15.830	31,63
29	R-01	QUIXABEIRA	390,11	9.411	24,12
30	R-01	REMANSO	4.690,24	42.672	9,10
31	R-01	SÃO JOSÉ DO JACUIPE	405,18	10.784	26,62
32	R-01	SAÚDE	507,09	13.385	26,40
33	R-01	SENHOR DO BONFIM	832,71	81.218	97,53
34	R-01	SERROLÂNDIA	297,58	13.832	46,48
35	R-01	SOBRADINHO	1.244,27	23.713	19,06
36	R-01	TAPIRAMUTÁ	666,83	17.845	26,76
37	R-01	UAUÁ	3.060,69	25.773	8,42
38	R-01	UMBURANAS	1.676,12	19.522	11,65
39	R-01	UTINGA	640,63	19.780	30,88
40	R-01	VÁRZEA DA ROÇA	517,22	14.662	28,35
41	R-01	VÁRZEA DO POÇO	206,08	9.449	45,85
42	R-01	VÁRZEA NOVA	1.197,55	13.454	11,23
43	R-01	WAGNER	422,48	9.753	23,08
43	R-01 AREA EM 2018	TOTAL R-01 DOS MUNICÍPIOS COM A LEI 13.702/2018	88.286,85	1.307.617	14,81

Tabela 02 - Relação de 49 (quarenta e nove) municípios na Macrorregião 02 (R-02), a partir da Lei 13.702/2018, de logística de trabalho mais próxima da cidade de Paulo Afonso/BA, local do Escritório de Apoio Técnico do organograma da 6ª Superintendência Regional.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

DIVISÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MACRORREGIÕES DE TRABALHO					
TABELA 2 - MUNICÍPIOS NA ÁREA DA 6ª SR/CODEVASF COM A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 13.702/2018					
MACRORREGIÃO 02 - DIVISÃO SUGESTIVA POR MELHOR LOGÍSTICA DE TRABALHO PARA A CIDADE DE PAULO AFONSO/BAHIA, ONDE TEM O ESCRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL					
Ord.	MACRORREGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE (HAB/KM²)
1	R-02	ABARÉ	1.498,17	20.189	13,48
2	R-02	ACAJUTIBA	182,63	15.727	86,11
3	R-02	ADUSTINA	640,79	17.349	27,07
4	R-02	ANTAS	325,67	19.569	60,09
5	R-02	APORÁ	569,08	18.334	32,22
6	R-02	ARACI	1.571,11	55.935	35,60
7	R-02	BANZÃO	230,12	13.765	59,82
8	R-02	BIRITINGA	555,92	16.653	29,96
9	R-02	CANUDOS	3.246,34	17.316	5,33
10	R-02	CHORROCHÓ	3.033,42	11.591	3,82
11	R-02	CÍCERO DANTAS	895,58	34.676	38,72
12	R-02	CIPÓ	129,82	17.739	136,64
13	R-02	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1.025,12	68.303	66,63
14	R-02	CONDE	979,19	26.371	26,93
15	R-02	CRISTÓPOLIS	615,59	21.835	35,47
16	R-02	ESPLANADA	1.316,38	37.845	28,75
17	R-02	EUCLIDES DA CUNHA	2.049,27	61.924	30,22
18	R-02	FÁTIMA	364,07	18.443	50,66
19	R-02	GLÓRIA	1.270,95	15.840	12,46
20	R-02	HELIÓPOLIS	343,04	13.718	39,99
21	R-02	INHAMBUPE	1.237,30	40.453	32,69
22	R-02	ITAPICURU	1.606,17	36.211	22,54
23	R-02	JANDAÍRA	651,14	11.120	17,08
24	R-02	JEREMOABO	4.710,64	41.605	8,83
25	R-02	MACURURÉ	2.317,95	8.266	3,57
26	R-02	MONTE SANTO	3.212,89	51.953	16,17
27	R-02	NORDESTINA	472,81	13.597	28,76
28	R-02	NOVA SOURE	961,37	25.460	26,48
29	R-02	NOVO TRIUNFO	254,34	16.037	63,05
30	R-02	OLINDINA	548,86	29.227	53,25
31	R-02	PARIPIRANGA	441,91	30.075	68,06
32	R-02	PAULO AFONSO	1.599,81	120.706	75,45
33	R-02	PÉ DE SERRA	621,00	14.226	22,91
34	R-02	PEDRO ALEXANDRE	908,72	18.209	20,04
35	R-02	QUEIMADAS	2.042,76	26.552	13,00
36	R-02	QUIJINGUE	1.355,75	28.632	21,12
37	R-02	RETIROLÂNDIA	183,00	14.730	80,49
38	R-02	RIBEIRA DO AMPARO	650,44	15.443	23,74
39	R-02	RIBEIRA DO POMBAL	771,21	54.965	71,27
40	R-02	RIO REAL	727,00	41.767	57,45
41	R-02	RODELAS	2.754,05	9.405	3,41
42	R-02	SANTA BRÍGIDA	894,56	14.976	16,74
43	R-02	SANTALUZ	1.576,09	38.422	24,38
44	R-02	SÃO DOMINGOS	329,54	9.404	28,54
45	R-02	SÁTIRO DIAS	1.021,55	20.429	20,00
46	R-02	SERRINHA	630,40	83.088	131,80
47	R-02	SÍTIO DO QUINTO	709,42	11.283	15,90
48	R-02	TUCANO	2.829,04	52.540	18,57
49	R-02	VALENTE	387,54	28.743	74,17
49	R-02 AREA EM 2018	TOTAL R-02 DOS MUNICÍPIOS COM A LEI 13.702/2018	57.249,54	1.430.646	24,99

Tabela 03 - Relação de 52 (cinquenta e dois) municípios na Macrorregião 03 (R-03A), a partir da Lei 13.702/2018, de melhor logística de trabalho para a cidade de Feira de Santana/BA e próximo a capital Baiana, onde tem o Escritório de



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Representação de Salvador que faz parte do organograma da Presidência da Codevasf em Brasília-DF.

DIVISÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MACRORREGIÕES DE TRABALHO					
TABELA 3 - MUNICÍPIOS NA ÁREA DA 6ª SR/CODEVASF COM A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 13.702/2018					
MACRORREGIÃO 3A - DIVISÃO SUGESTIVA POR MELHOR LOGÍSTICA DE TRABALHO PARA A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA/BAHIA E PRÓXIMO A CAPITAL BAIANA, ONDE TEM O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE SALVADOR/BA DO ORGANOGAMA DA PRESIDÊNCIA DA CODEVASF					
Ord.	MACRORREGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE (HAB/KM²)
1	R-03	ANDARAÍ	1.868,08	13.737	7,35
2	R-03	ANGUERA	178,66	11.481	64,26
3	R-03	ANTÔNIO CARDOSO	297,18	12.208	41,08
4	R-03	BARROCAS	202,88	16.296	80,32
5	R-03	BOA VISTA DO TUPI	2.824,47	19.502	6,90
6	R-03	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	228,07	19.312	84,67
7	R-03	CACHOEIRA	399,25	35.139	88,01
8	R-03	CANDEAL	449,18	8.837	19,67
9	R-03	CANSANÇÃO	1.347,84	36.191	26,85
10	R-03	CONCEIÇÃO DA FEIRA	164,48	23.024	139,98
11	R-03	CASTRO ALVES	717,80	27.238	37,95
12	R-03	CORONEL JOÃO SÁ	895,93	16.814	18,77
13	R-03	CRUZ DAS ALMAS	147,10	64.932	441,40
14	R-03	FEIRA DE SANTANA	1.350,95	627.477	464,47
15	R-03	GOVERNADOR MANGABEIRA	107,33	21.495	200,27
16	R-03	IAÇU	2.466,66	25.884	10,49
17	R-03	IBICOARA	852,47	19.786	23,21
18	R-03	IBIQUERA	949,29	4.214	4,44
19	R-03	ICHU	128,86	6.437	49,95
20	R-03	IPECAETÁ	373,10	15.499	41,54
21	R-03	IPIRÁ	3.082,31	62.631	20,32
22	R-03	IRAQUARA	1.032,11	25.536	24,74
23	R-03	ITABERABA	2.357,10	66.806	28,34
24	R-03	ITAETÉ	1.213,55	16.586	13,67
25	R-03	ITATIM	587,71	14.957	25,45
26	R-03	LAJEDINHO	779,12	4.017	5,16
27	R-03	LENÇÓIS	1.281,08	11.636	9,08
28	R-03	MACAJUBA	654,05	11.879	18,16
29	R-03	MILAGRES	286,42	11.585	40,45
30	R-03	MARAGOGIPE	444,55	46.260	104,06
31	R-03	MARCIONÍLIO SOUZA	1.283,18	10.931	8,52
32	R-03	MUCUGÊ	2.461,99	9.957	4,04
33	R-03	MURITIBA	90,16	30.631	339,75
34	R-03	NOVA ITARANA	473,46	8.428	17,80
35	R-03	NOVA REDENÇÃO	432,50	9.500	21,97
36	R-03	PALMEIRAS	659,43	9.250	14,03
37	R-03	PINTADAS	549,33	11.012	20,05
38	R-03	PLANALTINO	932,30	9.582	10,28
39	R-03	RAFAEL JAMBEIRO	1.216,66	23.562	19,37
40	R-03	RIACHÃO DO JACUIPE	1.200,19	34.784	28,98
41	R-03	RUY BARBOSA	2.181,81	32.009	14,67
42	R-03	SANTA BÁRBARA	349,09	21.415	61,35
43	R-03	SANTA TERESINHA	712,78	10.682	14,99
44	R-03	SANTO ESTEVÃO	366,17	53.898	147,19
45	R-03	SÃO FÉLIX	100,17	15.310	152,84
46	R-03	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	303,74	38.018	125,17
47	R-03	SAPEAÇU	118,27	18.114	153,16
48	R-03	SAUBARA	165,23	12.380	74,93
49	R-03	SENTO SÉ	12.731,66	41.891	3,29
50	R-03	SERRA PRETA	541,07	16.036	29,64
51	R-03	TANQUINHO	221,94	8.232	37,09
52	R-03	TEOFILÂNDIA	338,90	23.378	68,98
52	R-03A AREA EM 2018	TOTAL R-03A DOS MUNICÍPIOS COM A LEI 13.702/2018	55.097,61	1.746.396	31,70

Tabela 04 - Relação de 58 (cinquenta e oito) municípios na Macrorregião 03 (R-03B), a partir da Lei 14.053/2020, de melhor logística de trabalho para a cidade de Feira de Santana/BA e próximo a capital Baiana, onde tem o Escritório de



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Representação de Salvador que faz parte do organograma da Presidência da Codevasf em Brasília-BA, totalizando 110 (cento e dez) municípios na Macrorregião 03 (R03), sendo 53 municípios a partir da Lei 13.702/2018 e 58 municípios com a Lei 14.053/2020.

DIVISÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MACRORREGIÕES DE TRABALHO					
TABELA 4 - MUNICÍPIOS NOVOS NA ÁREA DA 6ª SR/CODEVASF COM BASE NA LEI Nº 14.053/2020					
MACRORREGIÃO 3B - DIVISÃO SUGESTIVA POR MELHOR LOGÍSTICA DE TRABALHO PARA A CIDADE DE FEIRA DE SANTANA/BAHIA E PRÓXIMO A CAPITAL BAIANA, ONDE TEM O ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DE SALVADOR/BA DO ORGANOGAMA DA PRESIDÊNCIA DA CODEVASF					
Ord.	MACRORREGIÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE (HAB/KM²)
1	R-03	ÁGUA FRIA	669,04	17.508	26,17
2	R-03	ALAGOINHAS	761,43	155.979	204,85
3	R-03	AMARGOSA	466,71	38.259	81,98
4	R-03	AMÉLIA RODRIGUES	175,36	26.409	150,60
5	R-03	ARAÇAS	493,35	12.608	25,56
6	R-03	ARAMARI	333,47	11.703	35,10
7	R-03	ARATUÍPE	182,86	9.171	50,15
8	R-03	BREJÕES	484,16	15.122	31,23
9	R-03	CAMAÇARI	794,69	296.893	373,60
10	R-03	CANDEIAS	261,38	89.707	343,21
11	R-03	CARDEAL DA SILVA	260,50	9.544	36,64
12	R-03	CATU	421,20	56.459	134,04
13	R-03	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	292,52	18.229	62,32
14	R-03	CONCEIÇÃO DO JACUIPE	118,79	33.876	285,17
15	R-03	CORAÇÃO DE MARIA	351,84	23.896	67,92
16	R-03	CRAVOLÂNDIA	163,32	5.576	34,14
17	R-03	DIAS D'ÁVILA	186,53	80.657	432,41
18	R-03	DOM MACEDO COSTA	85,54	4.212	49,24
19	R-03	ELÍSIO MEDRADO	195,06	8.461	43,38
20	R-03	ENTRE RIOS	1.231,71	43.223	35,09
21	R-03	IRAJUBA	416,15	7.521	18,07
22	R-03	IRARÁ	280,77	29.879	106,42
23	R-03	ITANAGRA	497,14	6.230	12,54
24	R-03	ITAPARICA	119,34	22.866	191,61
25	R-03	ITAQUARA	325,17	8.592	26,42
26	R-03	ITIRUCU	315,60	13.254	42,00
27	R-03	JAGUAQUARA	934,36	56.033	59,97
28	R-03	JAGUARIBE	907,48	19.036	20,98
29	R-03	JIQUIRICA	241,26	15.106	62,61
30	R-03	LAJE	461,65	24.306	52,65
31	R-03	LAJEDO DO TABOAL	434,32	8.886	20,46
32	R-03	LAMARÃO	211,14	9.007	42,66
33	R-03	LAURO DE FREITAS	58,40	197.636	3.384,45
34	R-03	MADRE DE DEUS	32,56	21.007	645,24
35	R-03	MATA DE SÃO JOÃO	641,44	46.998	73,27
36	R-03	MUNIZ FERREIRA	111,15	7.678	69,08
37	R-03	MUTUIPE	285,47	22.998	80,56
38	R-03	NAZARÉ	256,26	29.546	115,30
39	R-03	OURICANGAS	156,81	8.916	56,86
40	R-03	PEDRÃO	161,58	7.527	46,58
41	R-03	POJUCA	293,78	39.718	135,19
42	R-03	SALINAS DA MARGARIDA	151,41	15.772	104,17
43	R-03	SALVADOR	701,28	2.953.986	4.212,28
44	R-03	SANTA INÊS	317,85	11.161	35,11
45	R-03	SANTANÓPOLIS	233,22	9.263	39,72
46	R-03	SANTO AMARO	498,16	61.961	124,38
47	R-03	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	263,69	103.342	391,91
48	R-03	SÃO FELIPE	207,93	21.964	105,63
49	R-03	SÃO FRANCISCO DO CONDE	265,78	40.220	151,33
50	R-03	SÃO MIGUEL DAS MATAS	216,19	12.092	55,93
51	R-03	SÃO SEBASTIÃO DO PASSE	544,59	42.827	84,15
52	R-03	SIMÕES FILHO	203,64	136.050	668,10
53	R-03	TEODORO SAMPAIO	234,13	7.936	33,89
54	R-03	TERRA NOVA	201,17	13.536	67,29
55	R-03	UBAÍRA	731,66	20.800	28,43
56	R-03	VALENÇA	1.203,38	98.749	82,06
57	R-03	VARZEDO	228,70	9.375	40,99
58	R-03	VERA CRUZ	302,99	43.640	144,03
58	R-03B AREA EM 2020	TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA R-03B COM A LEI 14.053/2020	21.577,03	5.166.406	239,44
110	TOTAL DA R-03A + R-03B EM 2018 + EM 2020	TOTAL MUNICÍPIOS NA R-03 COM AS LEIS 13.702/2018 E 14.053/2020	76.674,65	6.912.802	90,16



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Totalizando os 202 (duzentos e dois) municípios da atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, em Juazeiro no estado da Bahia e a área de trabalho do objeto do presente Termo de Referência.

TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA 6ª SR/CODEVASF APÓS A PUBLICAÇÃO DAS LEIS Nº 13.702/2018 E Nº 14.053/2020				
MACROREGIÃO	Nº DE MUNICÍPIOS DA 6ªSR EM 2020	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO	DENSIDADE (HAB/KM²)
R-01, R-02 e R-03	202	222.211,04	9.651.065	43,43

5 EQUIPE TÉCNICA

5.1 Perfil, formação, categoria e experiência de cada membro da equipe técnica:

- a) 01 (um) Profissional de nível Superior da tabela consultiva do DNIT, na área de Engenharia Civil, com um tempo mínimo de 08 (oito) anos de graduado e um mínimo de 05 (cinco) anos de experiência comprovada em apoio a fiscalização de obras civis diversas, devidamente registrado no conselho, que serão os Coordenadores técnicos do apoio a fiscalização dos contratos, convênios e termos de compromissos, além de exercer a função preposto e Gerente do contrato a ser celebrado para apoio a fiscalização:

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	Engenheiro Civil Médio com experiência comprovada em fiscalização de obras geral, devidamente registrados no conselho da classe	Pavimentação de ruas, construção e recuperação de estradas, edificações, obras e serviços de engenharias em geral	1x12meses/ano

- b) 01 (um) Profissionais de nível Superior da tabela consultiva do DNIT, da área de Geologia, com um tempo mínimo de 04 (quatro) anos de graduado e um mínimo de 02 (dois) anos de experiência comprovada na locação, perfuração e instalação de poços em cristalino e sedimentar, devidamente registrado no conselho, estes profissionais não serão aceitos como preposto do contrato.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	Geólogo Junior com experiência comprovada na locação, perfuração e instalação de poços em	Fiscalização e apoio em locação, perfuração e instalação de poços em Cristalino e Sedimento bem	1x12meses/ano



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

	sedimento e/ou cristalino, geral, devidamente registrados no conselho da classe	como, na avaliação/inspeção de barragens, análise de jazidas, sondagens e serviços correlatos	
--	---	---	--

- c) 08 (oito) Técnicos Junior da tabela consultiva do DNIT, sendo: 04 (quatro) na área de Edificações, 01 (um) na área de Agrimensura credenciado no Incra, 02 (dois) na área de Estradas, 01 (um) Cadista (médio técnico com conhecimento em Cad), para ser o apoio a fiscalização das obras e doações de máquinas e equipamentos dos contratos, convênios e termos de compromissos, sob atuação da 6ª Superintendência Regional.

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	04 (quatro) na área de Edificações, 01 (um) na área de Agrimensura credenciado no Incra, 02 (dois) na área de Estradas, 01 (um) Cadistas (médio técnico com conhecimento em Cad),	Diversos	08x12 meses/ano

- d) 02 (dois) Técnicos Auxiliares da tabela consultiva do DNIT, para trabalharem em apoio nas demandas da equipe da fiscalização das obras e doações de máquinas e equipamentos dos contratos, convênios, termos de compromissos, auxiliar de topografia, sob atuação da 6ª Superintendência Regional

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Vários	02 (dois) Técnicos Auxiliares	Diversos	2x12 meses/ano

- e) 01 (um) Auxiliar Administrativo da tabela consultiva do DNIT, profissional ajudante administrativo de ensino médio para arquivamento, acompanhamento de documentações e montagem de processos administrativos dos contratos, convênios e termos de compromissos, bem como os processos de medição dos contratos e liberação de parcela de termos de compromissos, para logística da equipe de apoio à fiscalização, bem como para organizar as ações administrativas das equipes, ações estruturais do contrato de apoio, documentação de gestão pessoal direta da equipe de apoio à fiscalização das



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

obras e doações de máquinas e equipamentos dos contratos, convênios e termos de compromissos, sob atuação da 6ª Superintendência Regional

Municípios	Função	Obras e Serviços	Prazo
Juazeiro	01 (um) Técnico em Secretariado	Diversos	1x12 meses/ano

5.2 Resumo dos profissionais:

Profissional	Função	Tempo
Nível Superior	01 (um) Engenheiro Civil Médio com experiência comprovada em fiscalização de obras em geral	1x12 meses/ano
Nível Superior	01 (um) Geólogo Júnior com experiência comprovada na locação, perfuração e instalação de poços em cristalino e/ou sedimento, bem como, na avaliação/inspeção de barragens e serviços correlatos	1x12 meses/ano
Nível Médio	04 (seis) Técnicos em Edificações	4x12 meses/ano
Nível Médio	02 (dois) Técnicos em Estradas	2x12 meses/ano
Nível Médio	01 (um) Técnico em Agrimensura	1x12 meses/ano
Nível Médio	01 (um) Técnico Cadistas	1x12 meses/ano
Nível Médio	02 (dois) Técnicos Auxiliares	2x12 meses/ano
Nível Médio	01 (um) Auxiliar Administrativo em Secretariado	1x12 meses/ano

5.3 Funções e atribuições dos profissionais

5.3.1 Engenheiro Civil com experiência comprovada em apoio à fiscalização de obras civis diversas:

- O engenheiro deverá fiscalizar os serviços executados pelas empresas contratadas e/ou pela conveniente, bem como elaborar os relatórios mensais de fiscalização dos termos de compromissos, onde couber;
- O engenheiro poderá junto com a construtora readequar projetos de obras civis diversas para a Codevasf, sempre que solicitado pela contratante;
- Deverá informar à Codevasf todos os empecilhos e divergências do projeto com as necessidades executivas das obras através de relatórios técnicos;
- Os técnicos deverão entregar mensalmente os relatórios das atividades executadas, com a ratificação do engenheiro coordenador/projetista;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- O engenheiro deverá elaborar pareceres técnicos consistentes para quaisquer alterações de projetos, prazos ou adequações de planilhas solicitadas;
- O engenheiro deverá coordenar os técnicos para fiscalização dos serviços executados pelos contratos, convênios e/ou termos de compromissos, onde couber;
- O engenheiro deverá cobrar das Construtoras os detalhamentos construtivos aprovados nos órgãos responsáveis, onde couber;
- O engenheiro não poderá autorizar intervenção ou serviços sem autorizações para supressão vegetal e liberações dos órgãos ambientais;
- Caso o projeto básico esteja em conflito com as condições "in loco", ou seja, interferências gerais, como sistema de drenagem pluvial, sistema de abastecimento de água, sistema de telefonia, rede de gás ou outra situação não prevista, será de responsabilidade do coordenador apresentar e gerenciar junto a equipe de campo a solução técnica mais adequada através de relatório técnico. O relatório técnico deverá ser apresentado à fiscalização da Codevasf para aprovação da área responsável da gestão do contrato, bem como do responsável pelo projeto básico;
- O engenheiro deverá comunicar à Codevasf das necessidades de retificação/complementação do projeto básico;
- O engenheiro deverá cobrar apoio dos topógrafos e técnicos na fiscalização e implantação/ação do apoio à fiscalização no campo;
- Os serviços do engenheiro serão executados sempre que solicitados pela fiscalização da Codevasf;
- O engenheiro ficará responsável pela elaboração dos relatórios solicitados pela Codevasf, bem como gerenciar os relatórios de responsabilidade dos demais membros da equipe de apoio à fiscalização como os engenheiros ambientais e laboratoristas;
- O engenheiro deverá acompanhar as obras, com a responsabilidade de verificar todas as ocorrências, anotando-as no livro de ocorrência da obra, verificar a execução dos serviços conforme as especificações técnicas dos projetos, acompanharem as obras em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar a aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados e fotografar e filmar partes das obras que julgar necessárias;
- O engenheiro deverá informar à fiscalização da Codevasf, para aprovação, através de relatório mensal de andamento, os detalhes dos serviços executados pela construtora, atualização do cronograma físico-financeiro e a pré-medição dos serviços e obras a faturar. Após conferência e aprovação da mesma pela Codevasf, efetuará a medição definitiva do mês para a Codevasf;
- O engenheiro residente será responsável pelo acompanhamento das obras para que atendam ao cronograma físico previsto pela Construtora;

- q) Os engenheiros residentes deverão promover as retificações e complementações do projeto básico, bem como deverão ser analisados e, através de relatórios técnicos, demonstradas a necessidade das alterações e sugeridas soluções para aprovação da Codevasf e técnico responsável pelo projeto;
- r) O engenheiro deverá, junto com a Construtora, rever a lista de materiais do projeto básico para aquisição apenas do material necessário verificado “in loco”, bem como atualizações conforme detalhamentos construtivos. O engenheiro deverá autorizar a aquisição dos materiais pela Construtora somente após conferência da lista pelos engenheiros e constar no livro de ocorrência da obra a ciência do engenheiro da Construtora para que sejam evitados pleitos e reclamações futuras da Construtora;
- s) O engenheiro verificará os serviços e poderá ser feita diretamente com os profissionais da Construtora, fiscalizando e acompanhando os serviços executados. Deverão ser verificados os serviços topográficos junto ao topógrafo da construtora e solicitado à fiscalização da Codevasf autorização para utilização de topógrafo próprio, para a verificação em situações de incerteza dos serviços executados, onde couber;
- t) O engenheiro deverá apresentar, junto com a Construtora, desenhos de retificações do projeto através do “as built”.

5.3.2 Geólogo com experiência em locação, perfuração e instalação de poços e em barragens:

- a) O Geólogo deverá apoiar a fiscalização da Codevasf no acompanhamento de contratos e convênios e/ou termos de compromisso, que tenham por objeto alocação, perfuração e instalação de poços em cristalino e/ou sedimento, bem como, na avaliação/inspeção de barragens, sondagens, avaliação de jazidas, classificação de materiais de jazidas, prospecção do subsolo e serviços correlatos.

5.3.3 Técnicos para o apoio a fiscalização :

- a) Os técnicos de campo, juntamente com o engenheiro e a fiscalização da Codevasf, deverão acompanhar as obras e serviços de engenharia com a responsabilidade das anotações no diário de obras, documentando as anotações com fotos, verificar as execuções dos serviços em relação as especificações técnicas do projeto, acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e dos serviços executados;
- b) Os técnicos de campo deverão sempre informar ao engenheiro, para que este informe à fiscalização da Codevasf, através de relatório mensal de andamento, os detalhes dos serviços executados e atualização do cronograma físico-financeiro;
- c) Os técnicos deverão, junto com o engenheiro, elaborar as pré-medidas mensais para aprovação da fiscalização da Codevasf, e após conferência da mesma, deverão elaborar as medidas definitivas do mês para a Codevasf;

- d) Os técnicos de campo serão responsáveis pelo acompanhamento das obras de modo que atendam ao cronograma físico previsto pela Construtora;
- e) Os técnicos deverão participar e dar ciência de todas as retificações executivas necessárias para serem registradas em projeto “as built”;
- f) Os técnicos deverão, juntamente com os engenheiros residentes e técnicos das Construtoras, rever a lista de materiais do projeto para que a Construtora adquira apenas os materiais realmente necessários e verificados “in loco”, bem como as atualizações necessárias conforme detalhamentos construtivos;
- g) Os técnicos deverão solicitar às frentes de serviços para atendimento do cronograma físico-financeiro em vigor;
- h) A atribuição principal do técnico de campo será fiscalizar e acompanhar diariamente os serviços executados e apoiar nas soluções técnicas em casos de interferências da obra com as drenagens, redes de água, telefonia, processamento e avaliação de dados topográficos/cartográficos, atividades técnicas de apoio na área ambiental, agropecuária, sanitária, de agrimensura e de edificações, entre outras.

5.3.4 Cadistas:

- a) Profissionais que darão apoio aos engenheiros e técnicos, através de desenhos, cálculos volumétricos e elaboração de projetos básicos, executivos e “as built”, sempre que solicitado.

5.3.5 Técnico Auxiliar:

- a) Profissionais que darão apoio aos engenheiros e técnicos, nas conferências em campo dos desenhos, cálculos volumétricos e readequação de projetos da obra contratada, executivos e “as built”, além de apoio a atividades topográficas/agrimensura em campo, sempre que solicitado pela contratante.

5.3.6 Técnico em Secretariado:

- a) Os profissionais de Auxiliar Administrativo de ensino médio deverão dar apoio secretariando o coordenador e sua equipe, com arquivamento, acompanhamento de documentações, montagem de processos administrativos do apoio a fiscalização dos contratos e termos de compromissos, apoio no controle do almoxarifado, veículos, pessoal, escritório, comunicações, controle de documentos das obras, bem como, montará os processos de medição dos contratos e liberação de parcela de termos de compromissos.

5.5 Questões Ambientais:

- a) Apoiar a fiscalização da CODEVASF no apoio das atividades ambientais previstas nos Termos de Referência do contrato de obras e, ainda, daquelas necessárias à mitigação dos impactos ambientais estabelecidos nos termos de licenciamento do Projeto (Licenças e Plano de Controle Ambiental), verificando o fiel cumprimento das diretrizes estabelecidas para os seguintes itens:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Canteiro de obras;
 - Áreas de proteção ambiental (Reserva Legal e Preservação Permanente);
 - Linhas de transmissão e distribuição rural;
 - Uso de explosivos;
 - Recuperação de áreas de empréstimo;
 - Resíduos;
 - Cronograma de desmatamento das áreas e faixas de construção da infraestrutura de obras e da área a ser inundada;
 - Montagens hidromecânicas e elétricas;
 - Educação ambiental e outras medidas previstas no Plano de Controle Ambiental para implantação do empreendimento.
- b) Avaliar e emitir pareceres sobre os relatórios produzidos pela construtora, relativos às atividades ambientais, informando seu andamento e sugerindo correções e/ou adequações;
- c) Apoiar a fiscalização e Codevasf na supervisão das atividades e estudos ambientais, na implantação das medidas mitigadoras de impacto ambiental durante a execução das obras, etc;
- d) Manter, no período de execução das obras, entendimento com os órgãos ambientais na condução de assuntos de interesse do projeto, quando solicitado e devidamente orientado pela Unidade de Meio Ambiente da Codevasf;
- e) Estabelecer mecanismos de integração com equipes de outras consultoras, que prestem ou que vierem a prestar serviços na área do empreendimento;

5.6 Mobilização e Desmobilização:

- a) A mobilização deverá ocorrer após a emissão de Ordem de Serviço específica pela Área responsável da Codevasf pelo Acompanhamento e Fiscalização do contrato, deverá tomar todas as providências relativas à mobilização da equipe técnica, equipamentos, móveis, utensílios, instalações e outras para possibilitar o início dos serviços no prazo contratual.
- b) A desmobilização deverá ocorrer no final dos Serviços, ou no transcorrer do prazo contratual parcial ou total de acordo com a autorização da Codevasf, a contratada no final do contrato deverá remover todas suas instalações, móveis, utensílios, equipamentos mobilizados, bem como providenciar a total limpeza de detritos e materiais das áreas recebidas para utilização.
- c) A Equipe Técnica e de Apoio será mobilizada/desmobilizada, parcial ou totalmente no transcorrer do prazo contratual, de acordo com as necessidades da Codevasf.

5.7 Consolidação do Manual de Operação e Manutenção:

- a) Após o início dos testes, com o conhecimento da tipologia dos equipamentos efetivamente adquiridos por meio das licitações e aplicados nos empreendimentos dos contratos e convênios, a equipe técnica contratada para os serviços de Apoio à Fiscalização deverá entregar o Manual de Operação e Manutenção dos equipamentos das obras e das Maquinas e equipamentos cedidos pela Codevasf aos municípios



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

beneficiados, capacitando a equipe que assumir a gestão do empreendimento construído ou do equipamento cedido pela Codevasf.

5.8 Demais informações se encontrarão nos estudos e projetos das ações que serão contratadas no decorrer das liberações dos orçamentos das emendas parlamentares;

5.9 Os modelos de Relatórios Finais mensais e semestrais, serão disponibilizados pela Codevasf:

5.10 Os serviços deverão atender ao disposto nas normas da ABNT e onde elas forem insuficientes, à última revisão das Normas aplicáveis, das seguintes associações especializadas:

- AWWWA – American Water Works Association;
- ASTM – American Society for testing of Materials;
- ASME – American Society of Mechanical Engineers;
- AISCV – American Institute of Steel Construction;
- AWS – American Welding Society;
- ANSI – American National Standard Institute;
- DIN – Deutscher Industrie Normen;
- ISO – International Standardization Organization;
- SSPC – Steel Structures Painting Council.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 **Condições gerais:** Poderão participar da presente licitação licitantes do ramo, pertinente com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2 **Consórcios:** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, considerando que o objeto é um serviço de engenharia comum e não possui alta complexidade que demande diversas especialidades ou que exigem licitantes de ramos distintos.

6.3 **Cooperativas:** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

6.4 **Subcontratação:** Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, em razão do próprio objeto.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 Nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, os serviços objeto deste instrumento são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade, para efeito de julgamento das propostas, podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 7.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante.
- 7.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, ou seja. Não são serviços de natureza continuada e possuem dedicação exclusiva da mão de obra.

8. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE SERVIÇOS)

- 8.1 Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, com amparo legal na Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1.998; no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018; na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30/04/2008 e suas alterações (IN SLTI/MP nº 3, de 15/10/2009, IN SLTI/MP nº 4, de 11/11/2009, IN/SLTI nº 05, de 18/12/2009, IN/SLTI nº 06, de 23/12/2013, e IN/SLTI nº 03/2014, de 24/06/2014) e IN nº 5, de 26 de maio de 2017; e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos.

- 8.2 Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem:

- 8.2.1 Apoio à fiscalização, supervisão técnica das obras, apoio em elaboração de projetos e apoio técnico-administrativo na execução de contratos, convênios e doações de bens, nos objetos de pavimentações de ruas, construção/melhoramento de estradas, sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, barragens, perfuração e instalações de poços tubulares, construção e reforma de edificações, passagens molhadas, pontes/pontilhões, entre outras obras, serviços de engenharia e estudos realizados pela Codevasf.

- 8.2.1.1 Supervisão de contratos e convênios, acompanhamento das obras e serviços de engenharia e doação de bens:

- 8.2.1.1.1 Técnico:

- a) Orientar, indicando à Construtora, via autorização ambiental municipal ou estadual das jazidas de onde serão retirados os materiais para a construção das obras, comunicando à Fiscalização da Codevasf sobre as distâncias dos locais onde serão utilizados;
- b) Orientar, indicando à Construtora, via autorização ambiental municipal ou estadual dos bota-foras onde serão depositados os materiais oriundos das obras,

comunicando à Fiscalização da Codevasf sobre as distâncias dos locais onde serão utilizados;

- c) Exigir da Construtora a manutenção e conservação das instalações permanentes, provisórias e do Canteiro de Obras, o cumprimento das Normas Técnicas de Construção e Montagem, a adoção de medidas de segurança e higiene no trabalho, a disciplina, vigilância, limpeza e iluminação dos locais de trabalho e adjacências;
- d) Acompanhar e registrar os treinamentos de segurança e saúde do trabalho ministrados pela Construtora, incluso o DDS (Diálogo Diário de Segurança), arquivar cópias dos registros de entrega, demonstrativo de treinamento para utilização, guarda e conservação dos equipamentos de segurança individuais, bem como verificar o CA (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho) dos mesmos;
- e) Cobrar da Construtora e verificar a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores desde a admissão dos funcionários, arquivando cópias para controle das documentações de admissão, incluso cópia dos exames médicos e laboratoriais, ficha de entrega de EPI com indicação do CA, PPRA específico para a obra e PCMAT e PCMSO;
- f) Acompanhar e registrar, através do técnico de Segurança, que os treinamentos admissionais ministrados pela Construtora no mínimo relatem sobre os riscos inerentes a função, uso adequado de EPI, informações sobre EPC, área de vivência, normas de segurança, preservação e qualidade do meio ambiente, combate à droga e alcoolismo, plano de emergência e saúde e higiene, trabalho em altura, espaço confinado e etc. e deverão possuir a carga horária teórica e prática mínima necessária;
- g) Verificar e registrar a periodicamente que os responsáveis pelas equipes realizaram o DDS com os trabalhadores da obra e que foram reforçadas as orientações das atividades a serem realizadas, bem como se realizaram treinamentos com equipes específicas quando ocorrerem mudanças de procedimentos ou atividades com riscos específicos;
- h) Arquivar e verificar se a Construtora está emitindo a Ordem de Serviço e a Permissão de Trabalho (PT) para execução de atividades de riscos, bem como se as permissões são preenchidas pelos Encarregados, Mestre de Obras ou Engenheiros e liberadas pelos técnicos de Segurança da empresa. Observar se as PTs estão em conformidade com o AR (Análise de Risco) e principalmente a APR (Análise Preliminar de Risco) e se constam as informações de todos os funcionários envolvidos na atividade;
- i) Verificar os trabalhos de campo quanto aos suprimentos e a programação das etapas de construção;
- j) Mobilizar, em caráter eventual ou quando solicitado pela Codevasf, técnicos especializados para o cumprimento de determinadas tarefas relacionadas com a execução das obras;
- k) Registrar os problemas provocados pelas chuvas, bem como fornecer a fiscalização índices e registros oficiais pluviométricos;
- l) Exigir da Construtora o atendimento ao controle ambiental de obras, dos dispositivos previstos nos termos de licenciamento ambiental, produzindo relatórios para a comprovação do atendimento aos condicionantes da Licença de Instalação e para a instrução do Licenciamento de Operação, bem como o fiel cumprimento do estabelecido no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e demais normativos que versem sobre a temática ambiental;
- m) Preparar e manter no canteiro de obras o Diário de Ocorrências, para registro dos fatos diários. Acompanhar o Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, condições



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- climáticas, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços;
- n) Arquivar a documentação de fiscalização a ser repassada à Codevasf na conclusão dos serviços;
- o) Elaborar os Relatórios de Andamento, acompanhado de fotografias digitais (mensalmente), bem como emitir os Relatório de Acompanhamento Físico de Contratos – RAF, ATO e Relatório de atendimento as condicionantes ambientais. O RAF deverá ser assinado pelo engenheiro residente e pelo responsável técnico da Construtora, assim como o relatório ambiental pelo engenheiro residente e pelo responsável técnico da Construtora, onde couber;
- p) Elaborar os Relatórios Parciais e Específicos sobre a evolução das obras ou referentes a problemas que venham a surgir durante o andamento dos serviços, de acordo com as solicitações da Fiscalização da Codevasf;
- q) Elaborar o Relatório Final, incluso verificação do cadastro apresentado pela contratada e elaboração dos projetos “as built”;
- r) Acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro;
- s) Verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados;
- t) Elaborar a pré-medição para aprovação da Fiscalização da Codevasf;
- u) Assessorar na supervisão técnica e aprovação dos serviços;
- v) Analisar e, se necessário, complementar os dados topográficos e geotécnicos existentes;
- w) Analisar as planilhas de quantidades e compatibilizá-las com as especificações e normas de medição e pagamento;
- x) Verificar as execuções dos serviços em relação às especificações técnicas e projetos licitados pela Codevasf;
- y) Analisar e validar as especificações técnicas existentes e, quando necessário, emitir especificações complementares;
- z) Assessoramento na elaboração de termos de referência;
- aa) Elaboração de projetos básicos e/ou executivos, orçamentos, especificações técnicas e plantas;
- bb) Apoiar à Codevasf na preparação de documentos técnicos e pareceres para apresentação perante os diversos órgãos de controle e entidades intervenientes;
- cc) Revisar/atualizar os quantitativos e orçamento, conforme critérios adotados pela Codevasf;
- dd) Avaliar e sugerir retificações e complementações do Projeto Básico, através de relatórios técnicos, durante a execução dos objetos conveniados/contratados para aprovação da Codevasf e Técnico responsável pelo projeto;
- ee) Acompanhar a elaboração dos desenhos de retificações e complementações do projeto, bem como do relatório final através dos desenhos “as built”;
- ff) A Contratada deverá cobrar da construtora o alvará de construção, quando necessário, e a ART quitada do engenheiro da construtora que irá executar a obra;
- gg) A Contratada deverá, junto com a construtora, elaborar ou aprovar o canteiro de obra e as placas de divulgação;
- hh) A empresa de apoio deverá relatar no diário de obras os fatos ocorridos no dia, bem como a aceitação de materiais e equipamentos entregue na obra. Caso seja rejeitado algum material ou equipamento deverá ser feito um parecer técnico para que seja enviado ao fiscal da Codevasf e este tomará as providências junto à construtora para substituição do mesmo;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- ii) O livro de ocorrência da obra deverá ter o nome do município, número do termo de compromisso / contrato da Codevasf, nome da empresa construtora e de Apoio à Fiscalização, data, condições do tempo, percentual executado acumulativo do cronograma físico-financeiro, descrição das atividades, espaço para relatar acidentes de trabalho, espaço para assinatura do técnico da construtora, engenheiro e o fiscal da Codevasf. O diário de obras deverá ser feito em 3 (três) vias que, ao final, a 1ª via ficará com a Codevasf, a 2ª via com a construtora e a 3ª via com Contratada do Apoio à Fiscalização;
- jj) Todo primeiro dia útil de cada mês a empresa de apoio deverá cobrar e colocar no escritório da construtora o cronograma das atividades que serão realizadas no mês, bem como o percentual dos serviços realizados no mês anterior e a atualização do cronograma físico-financeiro, todos confeccionados em conjunto com a construtora;
- kk) A contratada deverá sempre solicitar da construtora que não deixe estranhos entrarem no canteiro de obras e que esta sempre forneça o EPI e EPC novos para seus empregados.
- ll) Realizar visita às associações, bem como, realizar reuniões com as comunidades beneficiadas, de maneira a disseminar a importância das ações desenvolvidas pela Codevasf.

8.2.1.1.2 Administrativo:

Verificar se a Contratada elaborou folha de pagamento e emitiu guias de recolhimento distintas para os empregados que prestam serviços no âmbito do contrato com a Codevasf;

- a) Elaborar uma planilha mensal em conjunto com a Contratada e rubricada pelo engenheiro da construtora, contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercidos, dias efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, coberturas, salário, vale transporte e alimentação, horas extras, ocorrências e glosas;
- b) Verificar e arquivar cópias das folhas de pagamento distintas para os empregados que prestam serviços no âmbito do contrato da obra, relativa ao mês de medição, em ordem alfabética;
- c) Cobrar da Construtora o relatório mensal da frequência que contemple referências à execução de horas-extras;
- d) Arquivar comprovante de pagamento de salários dos empregados vinculados ao contrato da Construtora, cópia dos avisos de férias, comprovante de pagamento de férias, comprovante de 13º salário, comprovante de fornecimento de vale refeição, vale transporte e demais benefícios previstos no acordo coletivo das categorias;
- e) Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados e emitir relatório à Codevasf periodicamente;
- f) Verificar a conformidade entre salário pago e demais benefícios concedidos com o piso salarial e demais disposições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria envolvidas;
- g) Conferir toda a documentação apresentada com a Fatura, conforme cláusula do Contrato da Construtora referente às condições de pagamento do contrato com a Codevasf.

8.2.1.2 Aprovação dos detalhamentos construtivos:

- a) Aprovar os detalhamentos construtivos a serem elaborados pelas Construtoras para atender as necessidades do projeto básico. Nesses detalhamentos devem constar as ART's dos profissionais que os elaboraram;
- b) Acompanhar a aprovação dos detalhamentos Construtivos nos Órgãos Responsáveis junto a Construtora.

8.2.1.3 Verificação dos serviços:

- a) Verificar os serviços topográficos junto ao topógrafo da Construtora, utilizando, quando julgado necessário, topógrafo próprio;
- b) Verificar os serviços geotécnicos junto ao técnico laboratorista de solos da Construtora;
- c) Desenvolver atividades de controle e acompanhamento das obras e fornecimentos de forma a atingir as metas e prazos pré-estabelecidos pela Codevasf ou por preposto por ela designado;
- d) Verificar as dimensões, cotas e detalhes estabelecidos no projeto básico;
- e) Verificar o acabamento final da obra.

8.2.1.4 Apoio à Codevasf na execução de convênios e termos de compromissos:

- a) Identificar conflitos entre o projeto básico e os serviços em execução pelo Conveniente;
- b) Emitir relatório mensal de andamento dos serviços executados pela Conveniente;
- c) Verificar os serviços medidos pela conveniente em relação à planilha conveniada, bem como a lícita pelo Conveniente;
- d) Assessorar a Codevasf, quando necessário, nas ações de readequações das planilhas dos termos de compromissos e os serviços efetivamente executados pelo Conveniente;
- e) Realizar uma análise prévia e acompanhar as documentações necessárias às prestações de contas antes que a Conveniente envie à Codevasf.

8.2.1.5 Apoio à Codevasf na doação de bens:

- f) Realizar visita as Associações e municípios;
- g) Emitir relatório;
- h) Efetuar levantamentos diversos, quando solicitado;
- i) Assessorar a Codevasf, quando necessário, nas ações de doações de bens.
- j) Acompanhar entrega dos bens.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MULTA

- 9.1 Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- 9.2 A CODEVASF pagará à Contratada mediante faturas mensais que virão acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos Serviços e parecer da Fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.

- 9.3 Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela.

- I. Se atestada a conformidade dos serviços prestados, e satisfeitas às exigências contratuais, a Contratada apresentará os respectivos documentos de cobrança.
- II. O atestado a que se refere a alínea anterior será expedido dentro de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da apresentação dos relatórios de andamento.

- 9.4 Atendido o disposto nos itens anteriores a CODEVASF considerará como data de adimplimento a data útil seguinte do protocolo do documento de cobrança, a partir da qual será iniciada a contagem de prazo estabelecida no subitem 10.3 observando-se que:

- I. Na contagem dos prazos estabelecida neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento; e
- II. É de inteira responsabilidade da Contratada, a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada. O não atendimento implicará em desconsideração, pela CODEVASF, dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

- 9.5 Para efeito de apuração do valor de cada parcela devida serão aplicados os preços ofertados na Proposta Financeira da Contratada, observando-se o que se segue:

- I. Os custos referentes à equipe técnica serão medidos e pagos mensalmente por meio da apuração dos serviços prestados, com base nos preços unitários propostos e na efetiva utilização dos seus integrantes na realização dos serviços.

- 9.6 Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos Serviços, incluindo:

- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, material de consumo, etc;
- b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e,
- d) Auxílio alimentação, hospedagem e transporte.

- 9.7 A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.

- 9.8 Não será faturável serviço algum que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas nestes Termos de Referência, ou que não seja executado em plena conformidade com os mesmos.

- 9.9 A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, os comprovantes dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (INSS, FGTS e ISSQN) do mês anterior e/ou do período da medição.

- 9.10 É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela Codevasf dos prazos estabelecidos.
- 9.11 Não constituem motivos de pagamento pela Codevasf serviços em excesso, desnecessários à execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida nestes Termos de Referência.
- 9.12 A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 9.13 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 9.14 Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 9.15 12.15 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 10.3, caso em que a Codevasf efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:
- AM = P x I, onde:
- AM = Atualização Monetária;
- P = Valor da Parcela a ser paga;
- I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:
- I = $(1 + im1/100)dx1/30 \times (1 + im2/100)dx2/30 \times \dots \times (1 + imn/100)dxn/30 - 1$, onde:
- i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";
- d = Número de dias em atraso no mês "m";
- m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária
- 9.16 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 9.17 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 9.18 Em relação a aplicação de multas deverá ser observados os seguintes pontos:
- 9.18.1 Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da contratada, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas em Lei.
- 9.18.2 Nos casos de inexecução parcial dos serviços/fornecimentos, por culpa exclusiva da contratada, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

- 9.18.3 Nos casos de atrasos na execução de serviços ou atendimento às exigências contratuais e editais, por conta exclusiva da Contratada, aplicar-se-á multa moratória de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso sobre o valor de cada relatório, documento, parecer entregue em atraso.
- 9.18.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela fiscalização, em relação aos eventos arrolados no item 10.18, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

10. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 10.1. Será permitida a repactuação do contrato visando à adequação dos custos relativos a mão de obra em regime de dedicação exclusiva, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, mediante a demonstração analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
- 10.1.1. Para efeito de repactuação, considera-se:
- a) Data de apresentação da proposta: a data prevista para apresentação da proposta;
- b) Data do orçamento que a proposta se referir: data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.
- 10.1.2. A LICITANTE deverá apresentar em sua proposta cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, quando a data do orçamento se referir a alguns desses eventos.
- 10.1.2.1. Em caso de omissão da LICITANTE na indicação da data desse evento, marco inicial para contagem do prazo de repactuação, prevalecerá a data de apresentação da proposta.
- 10.1.3. É vedada a repactuação dos preços mediante a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 4º do Decreto nº 2.271/97.
- 10.1.4. A repactuação será precedida da demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 10.2. As demais despesas constantes serão reajustadas, após o período de 01 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta, serão reajustados através da aplicação de índices de reajustamento paramétricos pré estabelecidos conforme a fórmula apresentada a seguir (certificando-se que todos os índices empregados estejam referidos à mesma data base), na seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

"R" é o valor do reajuste procurado

"V" é o valor contratual a ser reajustado

"I₁" é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I₀” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

Observação: os parâmetros serão encontrados na Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas a partir das referências (códigos) a seguir enunciados:

- Índice de reajustamento para serviço de consultoria.
 - Referência: Código AO 157980 – FGV – Coluna 39 – Serviços de Consultoria
- Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\frac{I^{Mês2}}{DB1} = \frac{I^{Mês2} \times I^{Mês1}}{\frac{DB2}{100} \times DB1}$$

Sendo:

$I^{Mês2}$
 $DB1$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I^{Mês2}$
 $DB2$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I^{Mês1}$
 $DB1$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

11. PROPOSTA FINANCEIRA

- 11.1 Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço ou fornecimento – observar os preços máximos (unitários e globais) orçados pela Codevasf.
- 11.2 A Proposta de Preços, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus Anexos constitutivos.
- 11.3 A Proposta de Preços constitui-se dos seguintes documentos:
- a) Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II (Formulários PFS, PFS-I, PFS-II, PFS-III, PFS-IV, PFS-VI, PFS-VII, PFS-VIII e PFS-IX) que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos orçados pela Codevasf.
 - Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - Os salários dos profissionais referidos nestes Termos de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº4.950A/66 (caso dos engenheiros) ou aos pisos fixados pelos Conselhos Regionais de cada categoria

profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

- b) Detalhamento dos Encargos Sociais – Formulário PFS-VII (ver Anexo II)
- No Quadro PFS-VII, o Licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos sociais básicos definidos em legislação. Os grupos de encargos que recebem incidência e reincidência dos encargos básicos devem ser corretamente definidos.

A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta (Anexo III – Termos da Proposta), em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

- 11.4 O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.
- 11.5 Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser do município onde serão prestados os serviços. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços.
- 11.5.1 No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.
- 11.5.2 As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 11.6 O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.
- 11.7 As despesas relativas ao deslocamento da equipe deverão ser lançadas no Quadro PFS-II (ver Anexo II).
- 11.8 As despesas relativas aos serviços gráficos deverão ser lançadas no Quadro PFS-III (ver Anexo II).

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- Declaração de conhecimento do local de execução dos serviços (conforme subitem 7.5 e modelo deste TR informando que tem conhecimento dos municípios e respectivas distâncias onde serão executadas os serviços de engenharia, emitida pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- Comprovação de capacidade técnica-operacional da EMPRESA, representado por Atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução das “parcelas de maior relevância e valor significativo” ao “objeto da licitação” ou “serviços com características semelhantes”, respeitando a Súmula 263 do TCU, com os seguintes quantitativos mínimos:

	SERVIÇO	QUANTIDADE
01	Execução/Fiscalização de obras de Pavimentação em paralelepípedo e/ou similares	20.000 m²
02	Execução/Fiscalização de obras de Pavimentação em Revestimento Asfáltico como TSD, CBUQ, TSS e/ou similares.	20.000 m²
03	Elaboração de projeto de obras civis diversas	5 unidades
04	Locação, perfuração e instalação de poços em cristalino	20 unidades
05	Locação, perfuração e instalação de poços em sedimento	10 unidades

- Entende-se por similares os serviços de porte e complexidade equivalentes àqueles que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Item deste TR.
 - Supervisão dos contratos e acompanhamento das obras;
 - Execução dos trabalhos relativos à ação social e educação ambiental;
 - Ações pós-empresendimentos.
- A CODEVASF poderá solicitar da empresa licitante as Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais ou ART/RRT emitidas pelos conselhos de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos Atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes (Acórdão nº 3.094/2020 – TCU – Plenário).
- Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque, os seguintes dados:
 - Local de execução;
 - Nome da contratante e da contratada;

- Nome do(s) responsável(eis) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e números de registro(s); e
- Relação dos serviços executados.

c4) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
- caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço de pavimentação em paralelepípedo, em bloco intertravado e em tratamento superficial duplo, bem com, elaboração de projetos de obras civis diversas, conforme alínea “c2” deste subitem).

- Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
 - O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- O licitante deverá comprovar, através da juntada de:
 - Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
 - Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
 - Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
 - Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- d4) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

13. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

- 13.1 O prazo de validade das propostas será de 60 (Sessenta) dias a partir da data de sua apresentação.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1 O prazo para execução do objeto deste TR será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 14.2 O prazo para vigência do contrato, contado em meses, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 3 meses para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços, perfazendo um total de 15 meses.
- 14.3 A prorrogação do prazo de execução dos serviços de apoio à fiscalização está condicionada à prorrogação do prazo de execução da obra/serviço (obras/serviços) sob o(s) qual(is) é realizada a fiscalização.

15. ESTIMATIVA DE CUSTO, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1 Os custos dos serviços objeto deste Termo de Referência atendem ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013 e Art. 14 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEVASF, orçados de acordo com o valor abaixo:

VALOR TOTAL: R\$ 2.836.403,74 (dois milhões oitocentos e trinta e seis mil quatrocentos e três reais e setenta e quatro centavos) indicado na planilha física e financeira Anexo II.

- 15.2 Estão inclusos no valor acima, os custos indiretos, os encargos sociais, as taxas, os impostos, lucro e os emolumentos. Os quantitativos e orçamentação dos serviços constam da Planilha de Custos dos Serviços – Codevasf – Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.
- 15.3 O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI – 09/2021 BA), ORSE(08/2021), SBC(10/2021), na Tabela de Engenharia Consultiva da Codevasf (04/2021) e cotações de mercado, não desonerado, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.
- 15.4 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta, sob a gestão da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, na dotação abaixo discriminada:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 15.4.1 Programa de Trabalho 15.244.2217.7K66.0001 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, na Categoria Econômica 4, Fonte 144.

16. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO, ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- 16.1 A contratada deverá disponibilizar sistema de navegação GPS portátil no total de 5 unidades.
- 16.2 A contratada deverá imprimir os projetos básicos e/ou para construção das obras a serem fiscalizadas.
- 16.3 A contratada deverá fornecer os veículos para locomoção dos profissionais conforme planilha de referência de preços da Codevasf, para todos os Profissionais de Nível Superior e Médio Técnico. Veículo tipo pick-up, cabine dupla, com ar condicionado, direção hidráulica e motor 1.4 ou superior, incluso combustível, lubrificação, manutenção, seguro e etc, com menos de 2 (dois) anos de uso.
- 16.4 A contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da Codevasf. **Todos os veículos ficarão à disposição da Codevasf, quando não estiverem sendo utilizados pela equipe de apoio a fiscalização, mais precisamente, em viagens, devendo assim, ficar à disposição no estacionamento da Codevasf, em Juazeiro/BA.**
- 16.5 A contratada deverá fornecer Micro computador Completo i5 (Notebook) , processador com 3.4GHz, memória RAM de 8GB, HD de 1TB, SSD de no mínimo 120G, teclado, mouse, multimídia, wifi, cabos (configuração mínima), com todos os softwares necessários para desenvolvimento dos serviços na área técnica, manutenção, etc ou configurações superiores, com internet, para todos os Profissionais de Nível Superior e Médio Técnico.
- 16.6 A contratada deverá fornecer impressora a laser colorida e toners para o escritório em Juazeiro/BA. e na quantidade da tabela abaixo:
- 16.7 A contratada deverá montar e manter 01 escritório em Juazeiro/BA contendo: mesas de escritório com cadeiras e mesas de reunião redonda com quatro cadeiras, mesas de computador com cadeira, ar condicionado, internet, copa e armários.
- 16.8 A contratada deverá fornecer diárias para hospedagens para os profissionais em trânsito, ou seja, que prestam serviços fora do município de Juazeiro/BA até o limite máximo proposto na Planilha de Referência de Custos da Codevasf - Anexo II.
- 16.9 A contratada deverá fornecer EPI para os engenheiros e técnicos de campo como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc., de acordo com o que a função requerer.
- 16.10 A contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da Codevasf e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela Codevasf previamente.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 16.11A contratada deverá fornecer ART quitada do engenheiro residente/projetista para as atividades de fiscalização/elaboração de projeto, assim como do Geólogo e TRT dos Técnicos Nível Médio, durante a realização de seus serviços, inclusive para as atividades solicitadas, onde conste exigência legal para o exercício profissional e responsabilidade técnica para os documentos técnicos elaborados.
- 16.12Elaboração de Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços abaixo, contendo a sequência de etapas/fases/tarefas, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos:
- a) Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras;
b) Descrição da metodologia de trabalho;
c) Descrição do planejamento e da execução das atividades.
- 16.13Elaboração de relatórios mensais de progresso das ações do programa-documento a ser apresentado pela contratada, que traduz o resultado mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais do andamento dos empreendimentos.
- 16.14Relatório ambiental – relatório de atendimento as condicionantes ambientais deverá ser entregue mensalmente junto a medição da Construtora, bem como, enviar uma cópia à 6ª GRR/UMA.
- 16.15Relatório de acompanhamento técnico da obra – deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora.
- 16.16Relatório de acompanhamento de serviços – deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora, bem como na medição da empresa de apoio a fiscalização.
- 16.17Relatório Final - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a contratada apresenta o relato de todos os serviços executados. Elaborar os Relatórios Finais com os desenhos “as built”.
- 16.18 Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 16.19As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 16.20A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.
- 16.21Encadernação - a encadernação dos relatórios parciais e específicos poderá ser em espiral, capa dura ou garra plástica.
- 16.22A encadernação do Relatório Final deverá ser do tipo “capa-dura”, não sendo aceita com garras plásticas.
- 16.23Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal, Anual e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em duas vias impressas e em meio digital.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

17. FISCALIZAÇÃO

- 17.1 A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 17.2 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 17.3 A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 17.4 Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 17.5 Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 17.6 Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 17.7 Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 17.8 Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.
- 17.9 Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 17.10 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 17.11 O fiscal do contrato terá 05 (cinco) a 15 (quinze) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 17.12 Analisar e aprovar os relatórios mensal e final constantes do Item 17. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.

- 17.13 Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 17.14 Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 17.15 Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 17.16. Receber, analisar, emitir parecer/nota técnica e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 17.17 Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 17.18 Analisar e emitir Nota Técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 17.19 Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.
- 17.20 Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 17.21 Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 17.22 Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 17.23 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 17.24 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 17.25 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 18.1 Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 18 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.
- 18.2 Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 18.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 18.4 Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 18.5 Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 18.6 Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 18.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 18.8 Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 18.9 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
 - a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Caução Contratual.
- 18.10 A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

19. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

- 19.1 Constituem obrigações da Licitante contratada:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 19.1.1 Executar o serviço objeto desta licitação conforme condições, especificações, normas de ABNT e preços registrados, acompanhado da respectiva nota fiscal, indicando número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência, e conta corrente);
- 19.1.2 Respeitar e seguir as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- 19.1.3 Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 19.1.4 Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos;
- 19.1.5 Comunicar a Codevasf, através do e-mail sl@codevasf.gov.br, toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- 19.1.6 Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 19.2 A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.
- b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- c) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, RRTs e TRTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- d) Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- d1) A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Codevasf a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na Codevasf.
- 19.3 A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 19.4 Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).
- 19.5 Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 19.6 Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 19.7 Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 19.8 Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 19.9 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 19.10 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA, CAU e Conselhos Técnicos.
- 19.11 A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 19.12 Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 19.13 Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 19.14 A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 19.15 Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989 ou legislação equivalente.
- 19.16 A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 19.17 Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 19.18 Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 19.19 Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 19.20 A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 19.21 A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 19.22 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 19.23 A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 19.24 A Contratada deverá disponibilizar para a equipe de Fiscalização da Codevasf, veículo, em estado novo, de no máximo dois anos de fabricação, para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da Codevasf, sendo que ao final das obras o veículo será devolvido à contratada.
- 19.25 A CONTRATADA deverá disponibilizar também veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.
- 19.26 Os veículos deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:

CODEVASF
VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF
EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

- 19.27 Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos nos subitens 19.24 e 19.25, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.
- 19.28 Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.
- 19.29 A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 20.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 20.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 20.3 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 20.4 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

- 20.5 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.6 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.7 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 20.8 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 20.9 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 20.9.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 20.9.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 20.9.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 20.9.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 20.10 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 20.10.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 20.10.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 20.10.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 20.11 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A contratada, quando da execução dos serviços de acompanhamento dos objetos relacionados no item 9 deste TR, deverá estar atenta, se a execução do referido objeto está

atendendo à legislação vigente que estabelece diretrizes para a sustentabilidade ambiental, no tocante a projetos, serviços de engenharia e aquisição de materiais, quais sejam:

- 21.1 A fiscalização deverá ser executada em total conformidade com a Licença Ambiental vigente, onde couber.
- 21.2 Atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993. Em seu art. 4º, o Decreto nº 7.746 que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:
- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- 21.3 Com base nas diretrizes supracitadas, atentar-se para o atendimento de alguns critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 (MPOG), para a elaboração do projeto básico e/ou executivo, serviços de engenharia e aquisição de materiais, tais como:
- a) Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- b) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- c) Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- d) Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- e) Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- f) Sistema de reúso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- g) Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- h) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- i) Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

21.4 Ainda de acordo com a IN 01/2010, na elaboração do projeto básico e/ou executivo deverão ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

21.5 Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde deverão ser adotadas as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
 - I) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

- e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

21.6 Deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”
- 21.7 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, deverá ser efetuado o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
 - b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
 - c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 21.8 Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 21.9 A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

22. CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1 Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 22.2 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.
- 22.3 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 22.4 A CODEVASF poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 22.5 Fica garantido à CODEVASF, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 22.6 O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da CODEVASF, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
- 22.7 Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições. Na existência de divergências entre as diretrizes destes Termos de Referência e o Edital, prevalecem as do último.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 22.8 Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 6ª Gerência Regional de Infraestrutura - 6ª GRD da CODEVASF.
- 22.9 A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.
- 22.10 Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Cadernos de Encargos da CODEVASF e NBR em vigor.
- 22.11 A CODEVASF poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
- 22.12 O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
- 22.13 Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 72 da Lei 13.303/16.
- 22.14 A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CODEVASF.
- 22.15 A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.
- 22.16 A contratada se responsabilizará pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U de 13 de fevereiro de 1998, e a Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010, em especial o Capítulo III – DOS BENS E SERVIÇOS – Art. 6º.
- 22.17 A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando ou aumentando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 14. do Decreto 7.983, de 08 de Abril de 2013.

23. DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termos de Referência:

- Anexo I: Detalhamento das Justificativas;
- Anexo II: Planilha de Custos do Orçamento de Referência;
- Anexo III: Termo da Proposta



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo I: Detalhamento das Justificativas

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função das especificidades dos serviços a serem contratados, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

Os serviços terceirizados ESPECIALIZADOS demandados destinam-se à realização de atividades de apoio à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios e doações de bens, conforme dispõe o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, na IN nº 5, de 26 de maio de 2017 e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos necessários ao bom andamento dos serviços de fiscalização no âmbito da 6ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Esta contratação permitirá um melhor gerenciamento dos serviços prestados, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades.

O expressivo crescimento da alocação de recursos à Codevasf (Emendas Parlamentares, TED's e Convênios), devido ao crescimento da área de abrangência de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, resulta na excepcional necessidade de contratação de mão de obra especializada, atendendo ao artigo 4º, inciso III do Decreto nº 9.507 de 21/09/2018.

O quadro de servidores desta instituição não acompanhou a dimensão de tais eventos, deflagrando a imprescindibilidade desta contratação, caucionando o alcance das metas institucionais finalísticas, garantindo os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade.

Em 2017 a 6ª SR tinha a responsabilidade de atuar em 27 (vinte e sete) municípios com 103.123,53km² e com menor orçamento de R\$ 27.182.908,64, depois em 2018 com base na Lei 13.702/2018 passou atender 147 (cento e quarenta e sete) municípios com área territorial de 200.634,01 km² e teve um orçamento de R\$ 32.167.821,18 em 2018, R\$ 130.140.782,97 em 2019, no ano de 2020 a área de atuação foi ampliada para 202 (duzentos e dois) municípios com maior área territorial de 222.211,04 km² e com um orçamento de R\$ 178.534.426,75, já em 2021 a previsão é de incremento no orçamento para a 6ª SR através dos Termos de Execução Descentralizadas (TED's), Emendas Parlamentares, além das obrigações de execução das ações do Programa de Governo Pró Brasil. Entretanto, o quadro de servidores da 6ª SR para execução dos trabalhos não cresceu em quantidades, pelo contrário houve uma retração do quadro na área técnica em 13 (treze) funcionários do ano de 2017 para 2020, em função da adesão ao PDI (Plano de Demissão Incentivada), falecimento e transferência para outras unidades orgânicas da Codevasf.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Tendo em vista que a Codevasf não possui corpo técnico e estrutura suficiente para realização dos trabalhos objeto deste TR, in loco e nos prazos estabelecidos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em gerenciamento e supervisão de serviços de engenharia, para dar suporte técnico à equipe da Codevasf na área de atuação da 6ªSR/Codevasf, visando à eficiência e efetividade na fiscalização e acompanhamento de contratos, convênios, termos de compromisso serviços de fornecimento, de obras e serviços de engenharia e doações de máquinas e equipamentos.

Os serviços são técnicos especializados por vários motivos entre os quais destacamos que serão serviços executados por profissionais com formação técnica específica, devidamente registrados em seus respectivos conselhos (Engenharia e Técnico) de classe, com emissões de documentos técnicos, inclusive com as devidas anotações de responsabilidade técnica, ou seja, só podem ser executados por profissionais especializados e que tenha expertise dentro da sua área/formação e com experiência em Apoio a Fiscalização.

Modalidade Licitatória: Pregão Eletrônico.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 (Lei do pregão) regulamentada pelo Decreto nº 10.024 de 20 de setembro 2019 (regulamento do E-pregão), e na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos. Justifica-se a modalidade licitatória de acordo com o Acórdão TCU nº 713/2019, Súmula TCU nº 257 e no Inciso IV do Artigo 32 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo em vista que o objeto deste TR se trata de serviços comum de engenharia com padrões de desempenho e qualidade definidos.

Critério de Julgamento

Menor preço, conforme Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019.

Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Justificativa da divulgação do orçamento

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz), nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Regime de execução - Empreitada por Preços Unitários:

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela CONTRATADA.

Modo de Disputa:

Aberto com orçamento público.

Não Obrigatoriedade de Visita

Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”.

Diante deste fato, bem como o tipo de objeto, entendemos desnecessária a visita, nem obrigatória e nem agendada, bem como, a autodeclarada. Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem.

Desapropriação

Não se aplica. Não haverá necessidade de aquisição de áreas para execução dos serviços. Aspectos ambientais para a execução do objeto deste Termo de Referências não será necessário licenciamento ambiental, por se tratar de intervenção de nenhum impacto e até mitigação de problema ambiental.

Aspectos ambientais

Para a execução do objeto deste Termo de Referências não será necessário licenciamento ambiental, por se tratar de intervenção de nenhum impacto e até mitigação de problema ambiental.

Aprovação do Termo de Referência

O Termo de Referências deverá ser aprovado por ato da autoridade competente, conforme Resolução a ser inserida ao processo.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Qualificação Técnica

As exigências contidas neste Termo de Referência se justificam em função da necessidade de “seleção” de empresas com capacidade técnica, executiva e experiência comprovada para execução do objeto do presente Termo de Referência. Reforçamos que a súmula nº263 do TCU interpreta como legítima a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo guardar proporção com a dimensão e complexidade do objeto, assim, partindo dessa estruturação lógica, considerando que as principais ações da Codevasf serão voltadas para pavimentação, obras civis, poços, entre muitas outras, os mesmos foram adotados como pertinentes na comprovação de tal capacidade e estimados quantitativos dentro de um mínimo para garantir a expertise da licitante.

Intervalo de Lances

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,1% (um décimo por cento), do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. O objetivo é evitar lances com descontos irrisórios, que constitui prática que prejudica a concorrência do certame e fere o princípio da competitividade.

Análises de Custos

Os custos foram analisados por profissional responsável, conforme Regulamento Interno de Contratos e Licitações e em atendimento ao Art. 14. Para a contratação de obra ou serviço de engenharia, o procedimento de pesquisa de preços a ser realizado nas licitações deverá observar as determinações normativas em vigor, notadamente a Lei nº 13.303/2016, e, subsidiariamente, no que couberem, as disposições deste Regulamento e demais normativos internos, bem como o Decreto nº 7.893/2013.

Permite Participação de Consórcios/Cooperativas/Subcontratações:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão-de-obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017. Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Justificativa para o não parcelamento

Não se justifica o fracionamento do serviço de apoio à fiscalização, uma vez que a equipe estimada é pequena. Contudo, o não parcelamento não implicará no processo de disputa e poderá agregar em economia de escala, uma vez que a licitante vislumbrará a possibilidade de uma contratação com maior prazo na prestação dos serviços.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Projeto Executivo

ATESTO para os devidos fins, que o projeto básico e os demais documentos técnicos deste Termo de Referência possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para caracterizá-lo como projeto executivo.

Garantia do Objeto

A garantia do objeto deverá obedecer a legislação e normativos dos Conselhos Técnicos, com emissões das Anotações e/ou Registro de Responsabilidade Técnica, para todos os trabalhos técnicos produzidos, garantido dessa forma a responsabilidade perante o objeto e segurança do trabalho.

Garantia de Execução:

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do recebimento da via do contrato assinada, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo II: Planilha de Custos do Orçamento de Referência

(Gravado em arquivo separado)



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Anexo III: Termo da Proposta

TERMO DA PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

À Codevasf

Avenida Comissão do Vale, S/N, bairro Piranga, CEP 48.900-900. Juazeiro – BA.

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º ____/2020 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para Elaboração de projeto de engenharia visando _____, no (NOME DO MUNICÍPIO), no Estado da (NOME DO ESTADO), pelo valor global R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, ____/____/____, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à Codevasf o Sr. _____, carteira de Identidade nº _____, Órgão Expedidor _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Termo de Referência e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre as obras/serviços e fornecimentos.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL